



O sistema da dívida pública brasileira

Maria Lúcia Fatorelli

*Entrevista concedida a
Ana Maria Ramos Estevão e Lila Cristina Xavier Luz
Fotos: Bruna Yunes*

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Lúcia Fatorelli é auditora aposentada da Receita Federal e ex-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Fundou em 2001 o movimento “Auditoria Cidadã da Dívida”, do qual é coordenadora. Respeitada mundialmente, fez parte da equipe que auditou a dívida pública do Equador, a convite do então presidente do país, Rafael Correa. Também foi do Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública, instituído pelo Parlamento Grego para realizar auditoria da dívida pública da Grécia. Maria Lúcia recebeu a equipe da US para uma entrevista em seu local de trabalho, na sede nacional da OAB, em Brasília. Quando se trata de “Sistema da Dívida Pública”, expressão criada por ela, Maria Lúcia dá aulas magistrais, como vocês verão a seguir.

Universidade e Sociedade: Entrevista com Maria Lúcia Fatorelli, da auditoria cidadã da dívida, à Revista Universidade e Sociedade #60, no dia 12 de maio de 2017. Maria Lúcia Fatorelli, você autoriza que a gente publique?

Maria Lúcia: À vontade... É uma honra falar para nossos mestres.

US: Você podia começar dizendo pra gente o que é a dívida pública e por que a necessidade de ter um órgão específico pra cuidar da auditoria cidadã da dívida?

ML: Olha, teoricamente, a dívida pública é um instrumento para o financiamento do Estado, porque o Estado tem uma missão a cumprir; o Estado é obrigado a garantir dignidade de vida para o povo, basta olhar na Constituição os objetivos da República. Tá tudo lá no artigo primeiro, no artigo terceiro da Constituição. O combate à pobreza e à miséria estão lá, a organização, a dignidade de vida, o direito ao desenvolvimento. Tudo isso está lá, como objetivo fundamental da República. Então, se o Estado, com a arrecadação, não consegue dinheiro suficiente pra cumprir com os objetivos da República, automaticamente há essa autorização pra contrair dívida pública.

O objetivo, então, em tese – em tese, eu quero frisar isso... –, da dívida pública é um objetivo muito nobre, muito importante, que é para completar os recursos necessários ao cumprimento do papel do Estado. Então, a gente não pode fazer um discurso moralista em relação à dívida, que a dívida é algo mal, é algo ruim, é algo perverso. Porque, teoricamente, ela deveria ser algo essencialmente bom, pra garantir esse cumprimento de objetivos. Então, poderia haver contratação de dívida para investimentos, para geração de empregos para a população e para realização de todos os investimentos necessários para o cumprimento do papel do Estado.

A questão é a seguinte: começamos a investigar a dívida pública, observamos inicialmente os números. A dívida absorve todo ano, em âmbito federal, quase a metade do orçamento. Todo ano. E não para de subir. Em âmbito estadual, todos os estados têm dívida e ela também não para de subir e absorve grande parte dos seus orçamentos. Municípios também têm números com dívida pública e a mesma trajetória: quanto mais paga, mais tem. Além disso, toda

essa disposição para privatização de patrimônio desde Collor em âmbito federal, estadual e municipal, o produto das suas privatizações, vai quase na sua totalidade pra pagar a dívida pública. Então, a dívida absorve recursos financeiros do orçamento, ela demanda contínuas privatizações, os produtos das privatizações vão para pagar a dívida e **a dívida tem sido a justificativa para todas as contrarreformas**. Se observarmos a exposição de motivos da PEC 55, a chamada PEC de controle de gastos – olha que nome simpático: controle de gastos. Quem é contra controlar gastos? Quem de nós vai dizer “Não, quero que gaste loucamente, sem controle”? Mas ela não trata disso.

Essa PEC simplesmente estabeleceu um teto para as despesas primárias. E o que são as despesas primárias? Todo o gasto com a manutenção do Estado e com os serviços públicos prestados à população, deixando de fora as despesas não primárias, que são as despesas com a dívida, as despesas financeiras. O objetivo dessa PEC foi destinar mais recursos pra dívida e ela nem fala nela, olha a esperteza... Segura os gastos primários, com todas as políticas públicas, para que sobrem mais recursos para os gastos financeiros. Então, na verdade, ela é a PEC da ganância financeira. Todo aumento de arrecadação, toda sobra de recurso decorrente desse congelamento, vai valer por 20 anos, vai pra dívida. Então, veja bem: aquele conceito histórico de que a dívida pública deveria destinar-se a suprir a necessidade de investimentos para o cumprimento do papel do Estado, esse objetivo está totalmente desvirtuado.

US: Em algum momento o Estado teve de fato esse objetivo na nossa história?

ML: Muito pontualmente. Nós investigamos a dívida... Documentos históricos são muito difíceis de serem acessados no Brasil. A maioria das informações são colocadas como sigilosas, o que é um escândalo. Se nós pegarmos a nossa primeira dívida, a chamada dívida da independência, quando decretamos a nossa independência... Portugal havia contraído uma dívida junto à Inglaterra; quando declaramos a independência, Portugal falou: “Toma aqui, a dívida agora é sua”. Só que o dinheiro nunca chegou aqui. Então, a nossa primeira dívida como nação independente já

foi uma dívida sem contrapartida. Nós só assumimos a dívida e o dinheiro nunca chegou aqui. E o que aconteceu com essa dívida? Ela justificou entrega, inicialmente, de pau-brasil; depois, de ouro, prata e tudo o que você sabe além do café. Tanta riqueza que a gente nem sabe completamente.

Essa dívida já começou justificando um saque de riquezas. Depois há um salto, na época de Getúlio Vargas. Quando ele assumiu, ainda era o presidente da república quem justificava as remessas ao exterior e todo dia vinha ali uma pilha de remessas que ele tinha que autorizar. Depois de um ano, ele falou: “Espera aí, o que tanto eu autorizo? Eu quero saber o que eu estou autorizando”. E determinou que Oswaldo Aranha, que era seu ministro da fazenda, levantasse todos os contratos. Sem querer, ele determinou uma auditoria, porque auditoria é isso: é você verificar a documentação e dar respaldo àquelas operações. Verificar se está tudo correto. Foi um processo que demorou quase uma década. Foram levantados os contratos, apenas 40% da dívida estavam justificados, 60% não tinham nem documento, não tinha controle das remessas, não tinha controle dos pagamentos, nem controle do estoque. Eram os bancos credores que diziam: “Me pague tanto” e eles iam pagando.

US: Continuum, né?

ML: Continuum. O que aconteceu naquele período? Getúlio conseguiu reduzir a dívida à metade e o fluxo de pagamentos à metade. Não foi à toa que no período dele nós tivemos investimentos que estão aí até hoje na Petrobras, várias siderúrgicas, todas daquela época, vários investimentos em ferrovias, em indústrias importantes de base, direitos sociais. A CLT é do tempo de Getúlio e as políticas sociais nasceram dali em diante, desse espaço aberto naquele período. Depois, o ciclo atual da dívida empata com a ditadura militar. Fica muito claro que o objetivo da ditadura militar foi implantar esse modelo que nos submete financeiramente e é o mesmo modelo que entrou nos demais países latino-americanos, que, coincidentemente, na mesma época, também estavam sob ditaduras militares.

US: E a influência dos Estados Unidos.

ML: Os Estados Unidos são o país testa de ferro. O comando é através dos bancos. Os dez maiores ban-

cos norte-americanos é que comandam o FEBs, o Federal Reserve Bank. O FEBs tem o poder de emitir o dólar. Imagina um banco privado. Um banco central privado emite o dólar, imprime o dólar e controla também as taxas de juros internacionais, que são as taxas que regiam os nossos contratos internacionais. Então, a fim de traçar uma trajetória, é importante primeiro a gente lembrar um detalhe: todo esse poder que o mundo inteiro entende que é o poder dos Estados Unidos na verdade é o poder financeiro. E de onde vem esse poder financeiro? É o poder que foi iniciado lá na Conferência de Bretton Woods, que aconteceu em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, na qual foi feita a proposta de criação dessas instituições: FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc. Todas essas saíram juntas dali. A ONU, inclusive, saiu dali. Naquela reunião, os Estados Unidos colocaram que seria muito mais fácil ter uma moeda de troca internacional. De cara, nenhum país concordou. Pouquíssimos países concordaram com eles: meia dúzia. A imensa maioria

“Então, a fim de traçar uma trajetória, é importante primeiro a gente lembrar um detalhe: todo esse poder que o mundo inteiro entende que é o poder dos Estados Unidos na verdade é o poder financeiro. E de onde vem esse poder financeiro? É o poder que foi iniciado lá na Conferência de Bretton Woods, que aconteceu em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial, na qual foi feita a proposta de criação dessas instituições: FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc. Todas essas saíram juntas dali. A ONU, inclusive, saiu dali.

não concordou porque a diversidade de moedas dava uma certa garantia. Vamos supor que eu sou o Brasil e você é a China. Eu vendo produtos pra você, você me paga com mandarim. O que eu vou fazer com aquele mandarim? Automaticamente, eu fico obrigada a comprar de você pra gastar aquele mandarim. Você é o Japão, você me paga em yen. Automaticamente eu fico instigada a comprar alguma coisa de você. Aquela diversidade de moedas dava um equilíbrio para as trocas internacionais. Então, de cara, ninguém concordou em trocar tudo em relação ao dólar.

US: A Alemanha tinha acabado de perder a guerra. Estava completamente destruída...

ML: Foi muito interessante isso aí, porque, justamente, ninguém concordou. Aí vieram as bombas de Hiroshima e Nagasaki. Na reunião seguinte, todos os países concordaram. Por isso que **vários historiadores importantes colocam a relação direta entre o poder financeiro e o poder das armas.** E realmente é direta. Isso está presente na questão da ditadura, está presente nessa questão do poderio do dólar... E aí os Estados Unidos passaram a ter muito mais poder financeiro por conta da hegemonia do dólar.

A justificativa para o dólar virar a moeda de troca internacional é que todo dólar teria o respaldo em ouro. Então, você pode confiar no dólar, porque o dólar vai ter lastro em ouro; isso é o que diziam. Até que, em 1971, no dia 15 de agosto, o presidente Nixon vem à público em uma rede de televisão internacional e fala: “A partir de hoje acabou a paridade dólar-ouro”. Décadas depois, o mundo inteiro já estava com as suas reservas em dólar, todas as relações de troca internacionais já estavam consolidadas em dólar e aí, pronto, não tem mais lastro. A partir daí, o dólar passou a ser um papel pintado. Não tem lastro. Isso é surreal, o mundo inteiro continua reverenciando o dólar. O único presidente norte-americano que transferiu o poder de emitir o dólar do FEBs para o tesouro norte-americano foi o Kennedy. Também não foi à toa que teve a cabeça explodida em praça pública pra ninguém mais ter uma ideia brilhante dessa. Então, o FEBs continua sendo o emissor do dólar.

Por que isso é importante para nós? Porque a ditadura foi implementada aqui no Brasil em 1964, mesma época que em diversos outros países, mais ou menos, e, inicialmente, ela foi apresentada com muita maquiagem, muita gente apoiando, até mesmo a sociedade. Depois, em 1968, 1969, ela aprofunda e começa a mostrar a sua cara. Em 1971, justamente quando acaba a paridade dólar-ouro, começa um grande estímulo ao endividamento no Brasil e em todos os outros países latino-americanos e de alguns outros continentes também, principalmente alguns africanos, da Ásia etc. Mas aqui começa na década de 70 um impulso ao endividamento brutal. Em 1970, nossa dívida interna era desprezível, praticamente não existia, e a externa era de cinco bilhões de dóla-

res. No final da década de 80, ela chega a 80 bilhões – sai de cinco pra 80 bilhões de dólares. O que justificou essa multiplicação por 40 vezes? A propaganda é que foi o milagre brasileiro. Todos aqueles investimentos feitos da década de 70 em siderúrgicas, em ferrovias, estradas, várias hidrelétricas, enfim, foram vários investimentos feitos na década de 70 e que justificariam o chamado ‘milagre econômico’.

Durante a CPI da dívida, nós fomos investigar e descobrimos que todos os contratos desse chamado milagre não justificam nem 20% desse crescimento. A maior parte da dívida do início da década de 70 era privada, era dívida do setor privado. Qual setor privado? Multinacionais que atuavam aqui no Brasil e bancos que pegavam dinheiro lá fora a taxas baixíssimas, porque todo esse impulso para o endividamento foi uma verdadeira sedução dos agentes bancários oferecendo taxa de juros de três, quatro, cinco, no máximo 6% ao ano. Só que essas taxas eram as taxas de juros internacionais. A prime, que é controlada pelo próprio FEBs, e a libor, que é controlada pela associação de bancos de Londres. E elas andam juntinhas. Nós fizemos o gráfico de uma junto com a outra e a evolução delas é idêntica, é uma linha em cima da outra. Então, é o mesmo grupo que define essas taxas. É o grupo privado que controla tanto o FEBs quanto a associação de bancos de Londres, que é o polo principal do poder financeiro mundial até hoje. É a chamada City de Londres.

US: Isso permite que eles saiam da Comunidade Europeia...

ML: Claro. Você vê que quando houve lá o euro, a libra ficou fora. Ali é um negócio à parte. Então, veja bem o plano: acaba a paridade do dólar ao ouro, isso permite simplesmente ligar a maquininha e produzir quantos dólares eles quiserem, porque não tem lastro, é imprimir. E aí, vários agentes vieram oferecer para a União, para governos estaduais e municipais. Tem um livro de um desses agentes que trabalhavam nesse processo de sedução à aquisição de empréstimos, John Perkins. Não sei se vocês já ouviram falar dele... Ele publicou o livro “Confissões de um assassino econômico”. É importante a gente ouvir o depoimento de uma pessoa que foi um dos agentes e o livro é interessantíssimo, porque ele fazia tudo isso e, de repente, se apaixonou

por uma mulher. Ele está lá num determinado país com ela, estão tomando um drink e ele vê umas crianças pobres brincando num rio todo contaminado. Ele dá aquela desqualificada, sabe? Fala: “Olha aí, que atraso”. E a mulher fala pra ele: “Você não acha que é o seu trabalho que está fazendo isso?”

US: Ele deu uma entrevista contando isso.

ML: É. Ele briga com ela e tudo, mas, depois, aquilo ali fica... Ele pensa, começa a ver as coisas e cai na real. Por isso que chama ‘confissões’. É como se ele estivesse em um confessionário, confessando os pecados. É muito importante, muito interessante, porque é um depoimento de um agente de mercado. Então, vamos retomar: em 1971, vem toda essa avalanche, taxa de juros baixíssima, tanto o setor público quanto o setor privado se endividando, porque havia muita carência de investimentos e o dinheiro estava fácil e barato. A dívida saiu de cinco e foi parar em 80. Grande parte disso, privada. No final de 1979, o FEBs e a associação de bancos de Londres, que controlavam, respectivamente, a prime e a libor, começam a elevar as taxas de juros e elas saem do patamar de cinco e chegam a 20,5% ao ano. Veja bem: um quinto da dívida, todo ano, em dólar, começou a crescer. Os países, inclusive o Brasil, deram conta de pagar em 1981, já sacrificando a nação em vários aspectos. Em 1982, crise. A chamada crise da dívida externa. Primeiro foi o México, depois o Brasil, Argentina e, em cadeia, vários países latino-americanos.

US: Crise é quando o país não consegue pagar os juros da dívida?

ML: É quando não consegue pagar; aí, a crise. Agora, claramente, foi uma crise forjada pelos próprios bancos credores, que, ao mesmo tempo, eram credores, emitiam a moeda e controlavam as taxas de juros. É como em um jogo onde um time é o dono do campo, o dono da bola, comanda as regras e é o juiz do jogo... É um negócio totalmente absurdo. Então, foi quando veio a crise e os bancos começaram a segurar todo o crédito internacional. Pra aprofundar ainda mais a crise, nós tínhamos créditos de exportação que não tinham nada a ver com essa questão financeira, mas esses créditos passavam pelos bancos. Tá vendo só o que a hegemonia do dólar fez? Tudo tinha que passar

por esse sistema. Se tivesse ainda país a país, seria diferente. Então, olha como é um plano de longo prazo. Por isso é importante, também, a auditoria. A auditoria pega esse fio da meada. Porque se você olhar os aspectos da história isoladamente, você não pega essas coisas.

Foi uma crise forjada por eles, que reduziram as taxas, depois eles mesmos elevaram as taxas a patamares absurdos e ao mesmo tempo seguraram todos os recursos que nós tínhamos em decorrência de crédito de exportação, inviabilizando qualquer possibilidade de pagamento. Pronto: está fabricada a crise.

E aí, o que acontece na hora da crise? Vem o FMI. Nossa primeira carta de intenções com o FMI é de 1983. Desde a primeira carta, o FMI já exigia uma reforma da previdência. Exigiu redução salarial do setor público e privado porque todo mundo sabe que o que move o país é dinheiro na mão da classe trabalhadora. A classe trabalhadora, quando tem dinheiro na mão, vai investir mais na educação dos seus filhos e na própria educação do trabalhador. Ela vai adquirir produtos no mercado; quando ela adquire produtos no mercado, ela incentiva o comércio; quando ela incentiva o comércio, gira a indústria... Então, o que

“É quando não consegue pagar; aí, a crise. Agora, claramente, foi uma crise forjada pelos próprios bancos credores, que, ao mesmo tempo, eram credores, emitiam a moeda e controlavam as taxas de juros. É como em um jogo onde um time é o dono do campo, o dono da bola, comanda as regras e é o juiz do jogo...

move a economia é o dinheiro na mão da classe trabalhadora. O FMI exige: redução salarial, aumentar tributo sobre o consumo e isentar sobre impostos as exportações. Por que isentar exportação? Pra beneficiar a vida lá fora, e às custas do nosso povo.

Os credores entram com imposições em todas as áreas: na política agrícola, na política agrária, na política industrial, comercial e, principalmente, na questão dos juros, exigindo que as taxas de juros internas fossem altas pra controlar a inflação, o que não tem nada a ver com a nossa economia. Taxa de juro alta só serve pra controlar a inflação quando nós temos uma economia altamente aquecida e está todo mun-

do numa ânsia absurda de comprar, de tal maneira que esta precisa ser freada, porque pode provocar aumento de preços. Isso não acontece aqui no Brasil; pelo contrário. Nossa inflação, historicamente, tem sido provocada por desorganização de preços de alimentos, o que é um absurdo. Porque alimentos abundam aqui no Brasil, com essa terra agricultável, com essa água em abundância. Nós temos a maior reserva de água, um clima favorável... Os países do norte ficam metade do ano debaixo de neve ou clima desfavorável. Aqui nós temos clima bom o ano inteiro...

US: Inclusive todo ano tem safra recorde!

ML: Exatamente... Com uma política voltada principalmente para o pequeno agricultor (que é o que produz o alimento), com uma política correta para a agricultura familiar, nós não precisaríamos nunca enfrentar inflação de alimentos aqui no Brasil, até pelo uso da substituição. Pra equilibrar a questão da sazonalidade, nós temos várias possibilidades de substituição de alimentos; quer dizer, é uma questão absurda termos inflação de alimentos no Brasil. Este é um dos principais problemas, pois, junto com os preços administrados, energia, telefonia, combustível, tarifas, planos de saúde, se tudo isso fosse efetivamente administrado, não precisaria ter essa variação absurda.

Aumentar juros é simplesmente pra amarrar o Brasil, porque tanto faz aumentar a própria dívida pública como impede que a indústria sobreviva, porque é a indústria, principalmente a pequena indústria, que alavanca a economia do país. E são as pequenas que se multiplicam Brasil a fora, gerando grande quantidade de empregos. E elas precisam de capital. Para você produzir qualquer coisa, tem que ter a matéria-prima, tem que ter o galpão, tem que ter o maquinário, tem que ter os empregados e, depois que você produz, tem que distribuir, gerando mais empregos... Até vender, quem financia tudo isso? Tem que ter um capital pra investir. Com o juro alto, você simplesmente aniquila a possibilidade de sobrevivência das existentes e aborta a possibilidade de nascimento de outras. O Brasil é um país que tem todas as matérias-primas em abundância, nós temos todas as fontes energéticas em abundância.

US: Uma diversidade biológica imensa...

ML: Imensa. Biológica, mineral... E por que esse país não deslança? Por conta dessa política monetária absurda de juros altos. Desde a primeira carta do FMI, os juros altos estão lá. Quando vem o FMI, na década de 80, com essa política de interferência, ele exige que toda aquela dívida, pública e privada, da década de 70 fosse assumida pelo Banco Central. O Banco Central passou a ser o devedor em contratos, acordos que foram assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, rifando a nossa constituição e a nossa soberania em condições absurdas, abusivas. O Banco Central assumiu indevidamente, pois ele não poderia ser devedor. Banco Central é um dos agentes de mercado, então, ele não poderia ser devedor. Ninguém ficou sabendo disso na época, foi tudo totalmente sigiloso.

Foram feitos acordos em 1983, 84, 86 e 88. Em 1989, o senador Severo Gomes teve acesso a esses acordos. Foi buscar nos Estados Unidos, não tinha aqui no Brasil. Ele fez um relatório chamando essa dívida de nula, ilegal, imoral. É um relatório brilhante, que todo cidadão/cidadã brasileira teria que ler. Este relatório estava desaparecido, nós conseguimos recuperá-lo e ele está na página da auditoria cidadã. Este relatório é um documento histórico. Então, a década de 80 é chamada de 'a década perdida' por isso. O Banco Central assume essa dívida – olha aí de novo: assunção de dívida sem contrapartida. Assumiu a dívida e não recebeu o dinheiro. O dinheiro tinha sido recebido por algum setor público que fez os investimentos e setor privado, principalmente, e a maior parte do crescimento foi por conta das taxas de juros de mais de 20%. Isso começou a fazer a dívida crescer como bola de neve.

O Banco Central, neste momento, assume tudo isso como dívida pública e começa a pagar juros abusivos sobre isso, arrebentando com o país. Em 1992, há uma suspeita de que toda essa dívida que foi assumida pelo Banco Central prescreveu. Olha a gravidade disso... Por que essa suspeita de prescrição? Porque esses contratos que foram assinados em Nova York assumiram essa dívida pública e privada. Explicando: em 1983, o Banco Central assumiu todas aquelas parcelas de dívidas anteriores, que venceriam em 83. Em 1984, um outro acordo assumindo todas

as parcelas daquelas dívidas públicas e privadas que venceriam em 84; em 1986, todas as parcelas que venceriam em 85 e 86; e, em 1988, todas as parcelas que venceriam em 87, 88 e futuras. O acordo de 88 foi imenso, todas as parcelas futuras acordadas. Ocorreu até uma antecipação de obrigação. Na época, como não tinha transparência, o que era noticiado era assim: “O Brasil está tendo que fazer um novo acordo”, como se não estivesse cumprindo o anterior. Mas não era; eram novas parcelas que estavam assumindo. Isso aí só ficou claro depois, nas nossas análises. Esses contratos assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, englobavam a totalidade da dívida externa brasileira junto a bancos privados internacionais.

US: E a sociedade estava entretida com o processo de democratização, em 1988, a Constituinte...

ML: Claro!

US: É por isso que na Constituição tem um dispositivo que exige auditoria e que limita os juros a 12% ao ano no máximo?

ML: Esse artigo foi abolido em 2003. Aliás, foi uma das primeiras mudanças constitucionais do governo Lula. O artigo 192 tinha o limite pra 12%. Falava, inclusive, em usura. Cortaram isso, estava na Constituição. Retomando: esses contratos eram com bancos privados internacionais, é muito importante que isso fique claro, porque tem outro tipo de dívida, que é a dívida com o FMI, que sempre foi a menorzinha...

US: Que foi a que o Lula pagou...

ML: Isso... O FMI nunca deu dinheiro. Quando venciam uma das parcelas com esses bancos privados, o FMI disponibilizava o dinheiro, que não vinha pro Brasil, ia direto pro banco. Era assim que funcionava o chamado *stand by*: a nossa dívida passava para o FMI e ele pagava aos bancos. O Brasil deixava de dever ao banco e passava a dever ao FMI as parcelas. E a dívida aumentando loucamente, porque as condições eram realmente abusivas.

Esses contratos tinham uma cláusula extremamente leonina que dizia o seguinte: qualquer parcela que deixasse de ser paga – seja de capital principal, seja de juros, seja de qualquer encargo, qualquer uma – anteciparia todos os vencimentos futuros para essa data. E isso aconteceu em 1986. Porque, veja bem, o

Banco Central assume a integralidade da dívida, pagando juros, juros, juros, juros... Em 1986, teve uma parcela de juros que não se pagou, antecipando tudo e aumentando ainda mais o pagamento de encargo, porque estava tudo vencido, o que aprofundou ainda mais a crise a partir de 87. Só que, nesse momento, como a dívida inteira ficou vencida aqui, começou a contar o prazo de prescrição, porque como esses contratos eram assinados em Nova York, sob as leis de Nova York, lá tem uma legislação, o chamado ‘estatuto das limitações’, que diz que se você tem uma dívida, tem seis anos para judicializar essa dívida; tem que botar aquilo na justiça, se não fizer isso, em seis anos, a dívida prescreve.

E os bancos credores não judicializaram essa dívida, porque qualquer tribunal iria dizer: “Você está dizendo que o Banco Central do Brasil te deve? Prove que você entregou esse recurso a ele”. E eles não tinham essa prova, porque foi uma mera transformação de outras dívidas, em contratos totalmente ilegais, obscuros, secretos, que ofendiam a soberania, ofendiam a Constituição. Por isso eles não judicializaram. Resultado: em 1992, essa dívida teria prescrito. E o que aconteceu em 1992? Nós estávamos numa confusão com o *impeachment* do Collor, com o acidente que matou Ulisses Guimarães, que era o presidente do Congresso, e o Severo Gomes, que era o cara que mais sabia de dívida externa – aquilo ali foi pra matar o Severo... Então, naquela conjuntura complicadíssima, foi aprovada uma resolução a jato no senado e houve uma negociação internacional da dívida. Quem estava nessa comissão de negociação eram Pedro Malan, Armínio Fraga, Murilo Portu-

“ O FMI nunca deu dinheiro. Quando venciam uma das parcelas com esses bancos privados, o FMI disponibilizava o dinheiro, que não vinha pro Brasil, ia direto pro banco. Era assim que funcionava o chamado *stand by*: a nossa dívida passava para o FMI e ele pagava aos bancos. O Brasil deixava de dever ao banco e passava a dever ao FMI as parcelas. E a dívida aumentando loucamente, porque as condições eram realmente abusivas.

gal e mais 50 pessoas. Essa comissão renegociou a dívida externa no seu conjunto com os bancos privados internacionais. Existem vários indícios de que ela prescreveu, indícios fortíssimos. E tudo isso que eu estou contando é idêntico ao que nós achamos no Equador. Até esses contratos em 83, 84, 86 e 88, com as mesmas cláusulas. Só mudavam os valores e o nome do país; o resto era tudo idêntico. Na Argentina, idêntico: 83, 84, 86 e 88.

US: Na Grécia?

ML: Não, na Grécia é diferente. Na América Latina, em todos os países que entraram na sedução do endividamento, a história foi idêntica e, no Equador, tivemos acesso ao contrato de renúncia da prescrição, impresso. Aqui no Brasil nós não tivemos acesso a esse contrato, mas tivemos acesso a vários documentos que mencionam o contrato de renúncia.

O que aconteceu com essa dívida prescrita? Em 1994, ela foi trocada por títulos da dívida externa, papéis novos, emitidos em Luxemburgo, paraíso fiscal, no chamado 'plano Brady'. Esses títulos resultados do plano Brady eram títulos que não podiam ser comercializados em nenhuma bolsa regular do mundo porque eles eram títulos que o mercado financeiro sabia que eram títulos fraudulentos, resultantes de uma dívida prescrita. Eram chamados 'títulos podres' e isso era falado no jornal aqui no Brasil: títulos podres, títulos podres... E qual foi o destino desses títulos podres? A partir de 1996, eles foram aceitos parcialmente como moedas pra comprar nossas empresas privatizadas e, ainda em 1994, parte foi aceita como troca por dívida interna. Nós estávamos no início do plano real e é nesse momento que nasce a dívida interna, que agora está em 4 trilhões e meio. E lá no início do plano real, o qual muita gente ainda elogia,

“ Não, na Grécia é diferente. Na América Latina, em todos os países que entraram na sedução do endividamento, a história foi idêntica e, no Equador, tivemos acesso ao contrato de renúncia da prescrição, impresso. Aqui no Brasil nós não tivemos acesso a esse contrato, mas tivemos acesso a vários documentos que mencionam o contrato de renúncia.

o plano real pagava juros de 50% ao ano. Uma dívida que nasce lá na ditadura, obscura, grande parte privada, cresce em função da alta de juros pelos próprios credores; é somada a dívida privada, vira tudo dívida do Banco Central, isso prescreve, a prescrição é ignorada, transforma em título Brady, título Brady vira dívida interna com juros de 50% ao ano e título Brady compra empresa privatizada.

US: A Dilma poderia te chamado uma auditoria da dívida pública?

ML: Qualquer presidente poderia, porque auditoria deveria ser uma praxe, independentemente do dispositivo constitucional que está na Constituição, que é o dispositivo em que o Congresso deveria criar uma CPI mista, envolvendo Câmara e Senado para fazer auditoria. O Congresso chegou a criar essa comissão em 1989, a que o Severo fez esse relatório jurídico e o outro relatório que verificou a parte financeira e tal. Houve um boicote, ele não chegou a ser votado e eles mesmos confessam que não chegaram a fazer auditoria. Fizeram apenas um levantamento por amostragem. Esse relatório, apesar de todos os empecilhos, é importantíssimo. Teve o do Severo Gomes e teve o do deputado Luís Salomão. O do Severo Gomes chegou a ser aprovado, que é esse jurídico; o do Luís Salomão não foi aprovado nem na comissão nem no plenário e aí já convocaram outra CPI, que nem chegou a funcionar direito. Até hoje não conseguimos uma CPI mista. Nós conseguimos, em 2009, uma CPI da Câmara, que retomou tudo isso, mas foi de novo muito boicote. Nós tínhamos que ter uma equipe de trabalho, mas eles não convocaram. Eu fui requisitada e fiquei praticamente só: lá, era eu, um auditor da Caixa Econômica (um excelente auditor, mas que não sabia quase nada de dívida) e dois agentes administrativos. No Equador, que é uma economia menor e, automaticamente, uma dívida 40 vezes menor, menos operações e tudo mais, havia uma equipe de 60 pessoas.

US: E a solução que o Equador deu qual foi?

ML: O Equador, em 2007, estava numa situação muito complicada. Vinha de ajustes fiscais tão drásticos, que lá deixou de existir saúde pública. É como se acabasse o SUS aqui no Brasil. Eles já tinham, inclusive, perdido sua moeda, estavam numa economia

dolarizada desde o ano 2000. Quando Rafael Correa assume, convoca auditoria, cria uma comissão e nela colocou pessoas do Equador, dos órgãos responsáveis pela investigação da dívida, pessoas dos movimentos sociais e convidou seis estrangeiros. Eu tive a honra de ser uma dessas seis pessoas.

Depois de um ano e dois meses – foram 14 meses de trabalho –, nós apresentamos o relatório final. Nós tínhamos reuniões de acompanhamento diretamente com o presidente. Ele convocava, iam os ministros, mas ele fazia questão de ouvir a opinião da equipe técnica. Íamos para essas reuniões com malas de documentos e quando nós falamos desse negócio da prescrição, ele disse: “Quero ver o documento”. A gente tinha que, lá na hora, mostrar. Ele mantinha-se informado de tudo. Quando nós apresentamos o relatório, em setembro de 2008, tinha um cupom de juros que vencia em novembro. Ele suspendeu aquele pagamento e destinou todo aquele dinheiro para saúde e educação.

Até aquela revista ortodoxa, a *The Economist* – é claro que eles não elogiavam Rafael Correa – disse: “Parece que o senhor Rafael Correa não é um homem desonesto”. Porque, de fato, os investimentos em saúde e educação aumentaram 70% naquele ano. O Equador erradicou o analfabetismo, recriou o sistema de saúde pública, fez investimentos em estradas em concreto – não de asfalto, que fica sempre exigindo manutenção. Não; tudo concreto. Ele suspendeu aquele pagamento, submeteu o nosso relatório a crivo jurídico nacional e internacional. Diante do respaldo, assumiu um ato soberano e disse que recomprava a dívida por 30% do valor: “Quem quiser, vem cá, que eu estou com o dinheiro; quem não quiser, vai à justiça e eu vou me defender com esse relatório”. E no nosso relatório, o Equador não tinha que pagar nada, o Equador tinha dinheiro pra receber. Só que se ele fosse entrar na justiça contra tudo aquilo, isso ia ficar se arrastando e os bancos compram tudo, compram todo mundo, não ia dar em nada.

US: Os bancos aceitaram?

ML: Aceitaram caladinhos. E por isso ele anulou 70% da dívida externa com bancos privados internacionais, o que sempre foi a maior parte da dívida. Os bancos privados internacionais sempre foram os

maiores credores. E, aqui no Brasil, toda aquela dívida externa...

US: Eu tinha perguntado do Equador porque, pelo que você falou, no Brasil existem vários órgãos, o próprio Estado, aí vamos no tribunal de contas da União, porque seria um órgão que deveria também entrar no pedido de auditoria e eles assinam as contas todo ano, eles se responsabilizam pelo que está nos relatórios... Tem o nome deles todos, um por um. Como é essa relação entre o tribunal de contas da União e a nossa dívida pública? Como eles assinam a prestação de contas? É anual a aprovação? E a dívida dos estados, como acontece? O que mais o Brasil perde cada vez que a gente paga as parcelas das dívidas dos estados?

ML: Nós falamos até agora da dívida externa. Eu só queria expor mais uma informação, que fecha as coisas. Quem participou daquela comissão de transformação da dívida quando Fernando Henrique é eleito e assume a partir de primeiro de janeiro é Armínio Fraga, que passa a ser presidente do Banco Central, e Murilo Portugal se torna secretário de tesouro nacional. Todo o controle financeiro ali na mão deles e esse é o apoio internacional para o governo de Fernando Henrique. O compromisso de fazer as privatizações, que, aliás, são pagas com título público, esses títulos de Luxemburgo... Toda a construção de dívida – porque isso foi uma dívida construída – serviu para entrega, para troca do patrimônio público e ainda mais: serviu para criar a dívida interna, que explodiu a partir do plano real e hoje é o maior problema. Com todo apoio político internacional que tinha o Fernando Henrique, por causa das figuras que fizeram a troca de dívida prescrita por títulos.

Imagina se se reconhecesse, na época, que a dívida prescreveu? Nós teríamos outra História do Brasil da década de 90 pra cá, porque a dívida tem sido a amarra do Brasil desde então. A transferência de dinheiro público para os bancos na ressuscitação da dívida foi brutal, por isso esse grupo tem todo o apoio do mercado financeiro internacional e todo o suporte. E são os mesmos que estão no poder até hoje. Inclusive, no governo Lula, Meireles é quem assume e é ligado aos grandes bancos internacionais... O tribunal de contas tem atribuição de auditar todas as contas do país e, da mesma forma, a controladoria geral da União. Da mesma forma, o poder legislativo existe para vigiar o

executivo e também o ministério público, que também tem poder para verificar quando provocado. Foi provocado após a CPI, mas não realizou nenhuma ação. O tribunal de contas faz acompanhamento, não investiga, ainda mais essa auditoria integral, que seria uma auditoria que olha toda a conjuntura, todos os contratos. Se o recurso foi realmente aplicado, que patamar é esse de juros, se há conflito de interesses do próprio banco estar emitindo a moeda emprestando, ditando a taxa de juros... Não olham nesse aspecto, olham se está registrado no ativo, no passivo... É esse o acompanhamento que fazem!

US: Quem são as pessoas do tribunal de contas? Como eles são escolhidos?

ML: A equipe técnica é excelente, o problema são os conselheiros, que são indicados politicamente e, com o que aconteceu agora no Rio de Janeiro, ficou muito evidente o elevado grau de corrupção que existe com esses conselheiros indicados. O governador mais corrupto da história de Minas Gerais foi o Nilton Cardoso. A esposa dele é conselheira do tribunal de contas e isso acontece em vários estados.

US: Quem indica é o governador?

ML: Na União, quem indica é o poder executivo e o Congresso aprova. E ele aprova porque também é uma classe política. Se um não fiscaliza aqui, o outro não fiscaliza ali, muito bem articulado. Tanto é que as entidades representativas dos servidores dos tribunais de contas têm uma campanha histórica para que

os conselheiros sejam de carreira, para que haja uma votação interna, democrática, uma escolha transparente e uma atuação competente, porque às vezes as pessoas que são indicadas para serem conselheiras não têm nem conhecimento da matéria e como elas foram indicadas, ganharam aquele cargo de presente, elas ficam meio que reféns.

US: Tem salário?

ML: Tem. Vitalício e altíssimo. É um escândalo. Eles que colocam na pauta o que vai ser investigado. Então, não entra na pauta. Essa questão da dívida, nós pedimos durante a CPI os relatórios de todas as investigações que o tribunal de contas da União teria feito dessas negociações da dívida na década de 1980, negociaram a totalidade da dívida externa com bancos privados internacionais, não foi feita nenhuma investigação. Nenhuma. Na troca de dívida externa dos bancos por títulos no plano Brady, houve uma investigação para o Brasil ter o direito de fazer essa troca de dívida com bancos, prescrita por títulos Brady. O Brasil ainda teve que comprar títulos da dívida norte-americana em garantia. Os caras jogam pesado: você ainda vai comprar títulos para dar garantia.

Nessa compra de títulos bônus da dívida americana, os *treasury bonds*, o tribunal de contas fez uma verificação, porque houve uma denúncia de que os títulos que o Brasil comprou foram mais caros do que deveria. Essa foi a apuração. Não tinha nenhuma auditoria cidadã pra se preocupar com isso, porque foi um escândalo. É preciso deixar claro aqui que eu não estou fazendo uma crítica aos servidores do tribunal de contas, mas à falta de pautarem, das direções pautarem o tema e fazerem uma investigação histórica, e isso em todos os outros órgãos. Pega o IPEA, aquele prédio inteiro, o Instituto de Política Econômica Aplicada... Fazem estudo sobre tudo, exceto sobre a dívida. Quando o orçamento federal vai para o Congresso aprovar, o Congresso pode opinar sobre todos os gastos, exceto sobre a dívida; não pode nem fazer emenda do que vai para a dívida. Que bibliografia vocês conhecem sobre a dívida no Brasil? É raríssimo. É um tema colocado fora do debate, para ninguém conhecer, para ninguém investigar e ainda nos desgastam. Nesses anos todos de auditoria cidadã (começando no ano 2000), você não imagina por quanta



desqualificação a gente já passou simplesmente por querer saber que dívida é essa. Uma desqualificação pesada, de sair minha cara no jornal O Globo, no domingo. Desqualificando quando aconteceu a questão lá no Equador, porque logo que teve a auditoria, teve aquele problema da Odebrecht lá, não sei se vocês lembram. E já me usaram como bode expiatório para dizer que o Brasil empresta auditora e o resultado é um calote no Brasil, sendo que o Equador nunca deu calote no Brasil. O problema era com os bancos privados internacionais. Fizeram uma confusão.

US: Você é funcionária pública?

ML: Sim. Eu fui auditora da Receita Federal, mas agora já me aposentei. Quando eu fui para o Equador, eu ainda não tinha me aposentado.

US: Mais uma desculpa para te desqualificar...

ML: Eu corri risco, porque primeiro eu dediquei minhas férias de 2007, 2008. Um mês de licença-prêmio que eu ainda tinha eu dediquei para esse trabalho no Equador, mas não deu para fazer tudo. No final, consegui uma liberação para ficar lá mais quatro meses sem nenhuma vantagem. Não recebia nem diária, só o meu salário que eu recebia aqui para pagar minhas contas aqui enquanto estava lá. E o Equador pagava, lá, o meu hotel e as minhas passagens, porque eu trabalhei de graça para eles.

Quanto eles teriam que pagar para um auditor fazer o trabalho que eu fiz lá? Meu trabalho lá foi totalmente voluntário e quando teve aquilo tudo, o Rafael Correa enfrentou, no final de 2008 (quando ele já tinha suspenso o pagamento para investigar), um problema com uma hidrelétrica lá que a Odebrecht construiu e que parou de funcionar, deu dano ambiental, custou o dobro etc. Eles já tinham mandado várias cartas para a Odebrecht e a Odebrecht nada. Um dia, o presidente deu uma entrevista: “Vou parar de pagar o BNDES”. Aí o senado se levantou: “Que história é essa do Equador dever pro BNDES? O BNDES não pode fazer empréstimos externos”. E aí, estava todo mundo: “Nós temos que chamar o Lula aqui, nós temos que chamar o Luciano Coutinho, nós temos que chamar o Mantega.” Eram essas figuras que estavam na fita. Eu recebo uma ligação de um jornalista da Globo para uma entrevista. Eu disse:

“Olha, sobre a Odebrecht, eu sei tanto quanto você: o que sai no jornal, porque eu não trabalhei com isso. Lá eu trabalhei com essa dívida com os bancos privados internacionais”. “Que bancos?” “Lloyds Bank, Chase Manhattan, JP Morgan, Citybank, e outros, principalmente esses e o Bank of America”. “E o BNDES?” “Não, o BNDES não tem nada a ver com isso. O BNDES é banco brasileiro”.

No domingo sai no jornal uma foto de um palmo por um palmo, colorida, que eles tinham tirado em um seminário internacional que a gente fez para divulgar a questão do Equador e ali estava escrito “Brasil empresta auditora e o resultado é um calote”, colocando-me como traidora da pátria. Fui parar no hospital por causa disso e tive que fazer um relatório completo. A sorte é que eu tenho cacoete de editora, tudo que eu faço é documentado, tinha cópia de todos os relatórios que eu apresentei no Equador, com recibo de entrega para provar o trabalho que eu fiz lá, que não tinha absolutamente nada a ver com aquilo. Mas a gente sabe de quem é O Globo. A história vai andando e eu entrei na justiça. Perdi, claro. Imagina: Maria Lúcia contra Organizações Globo. Claro que eu perdi.

US: Além da questão sobre o tribunal de contas da União, eu queria também colocar os tensionamentos com a mídia, com a classe política, com os bancos...

ML: Por exemplo, você já viu alguma matéria sobre isso na mídia? Não se vê na grande mídia. Eu já cansei de dar entrevista para repórteres jovens, que, quando tomam conhecimento, acham que vão dar um furo. Eles vêm, fazem entrevista, pedem gráfico, montam tudo, mandam para a gente ler, porque é a primeira vez que eles estão lidando com o assunto, querem fazer bem certinho. Já dei entrevista para O Globo, para a Folha, para o Estadão, todos esses grandes, inclusive para a TV Globo. A Lillian Witte Fibe veio aqui na auditoria, fez uma entrevista de horas para a Globo News, que não saiu.

A da Globo chegou a ser anunciada e no dia não foi ao ar. Tinha um outro programa lá dos aposentados, aí anunciaram que o programa ia sair semanas depois. Quando saiu, semanas depois, só saiu o povo do mercado falando. Eu não apareci, mas a nossa jornalista gravou tudo e colocou no ar, está no nosso Fa-

cebook. É o que a gente chama de sistema da dívida: são várias engrenagens, uma move a outra. Primeiro, a dívida, há muitos anos, aquela dívida que a gente começou falando dos empréstimos para investimentos e tal, houve alguns lá na década de 70 e um ou outro muito pontual, é gota d'água no oceano. E a dívida tem servido para direcionar todo o nosso modelo econômico: direciona a política monetária, direciona o que vai gastar e com que, porque pega metade. Então, o resto fica todo sacrificado. Esse modelo econômico, principalmente pautado por essa política do Banco Central de juros altos e enxugamento da base monetária, que é a tal da operação compromissada, que, na prática, é a remuneração da sobra de caixa dos bancos. Isso já está em um trilhão e cem bilhões de reais e é remunerada diariamente. Sobra o dinheiro que eles não conseguem emprestar.

US: E a gente paga juros sobre isso?

ML: O Banco Central aceita esse dinheiro, entrega título da dívida para eles e, como eles estão de posse dos títulos da dívida, isso justifica nossa remuneração, que é diária e não há transparência nenhuma. Nós não sabemos quem são os detentores dessas operações compromissadas, quanto estamos pagando de juros pra eles e, para pagar esses juros, vem o ajuste fiscal, corta da saúde, corta da educação, corta em todos os gastos sociais para pagar esses juros para o banco da remuneração da sobra de gastos. E outros mecanismos, como o escândalo do *swap* cambial. Em relação a isso, um auditor do Banco Central fez um relatório brilhante denunciando que esse tipo de *swap* cambial que o Banco Central faz é totalmente ilegal, porque não é compra e venda de moeda. O Banco Central simplesmente garante para os bancos a variação do dólar para cima ou para baixo. É um jogo e não há amparo legal para isso. Esse relatório foi um dos que foram arquivados pelos conselheiros do Banco Central. Esse auditor ficou tão decepcionado, que quis mudar de área. Depois eu posso te dar o número do processo para vocês colocarem na matéria. A CGU nunca fez auditoria da dívida, só temos a carta deles respondendo para a CPI. Nunca auditou a dívida, nunca fiscalizou o Banco Central. A CGU tem o poder de fiscalizar o Banco Central e nunca fiscalizou, não entra na pauta. Eles fazem centenas de

operações importantíssimas para o país, tanto a CGU como o TCU, só que a dívida não é pautada.

US: Essa fiscalização depende de vontade política do presidente da república, se ele quiser, dependendo do tipo de compromisso que ele tem... Eu estou lembrando daquela reunião que o Fernando Henrique fez antes das eleições. Ele chamou o Lula e, para dar uma disfarçada, chamou o Serra, dizendo, eu imagino, que ele iria se eleger, mas nisso não se mexe, mas depende de vontade política... E aí vêm os conflitos também da auditoria com o presidente da república, com o executivo.

ML: Claro... Do financiamento de campanha... Eu desviei das engrenagens explicando operação compromissada e os mecanismos, mas o sistema da dívida é isso: monitora e dirige o tipo de modelo econômico que a gente vai ter para garantir os privilégios financeiros, metade do orçamento federal, o dinheiro das privatizações, dinheiro de todo ajuste fiscal. Garante privilégio financeiro como? Com um sistema legal, a legislação votada por outra engrenagem; a classe política, totalmente financiada e beneficiada, é daí que vem, por exemplo, essa PEC do teto, que não controla os gastos financeiros, ao contrário, controla todo o resto. Ou melhor: põe um teto para todo o resto para que sobre mais. Modelo econômico, privilégio financeiro, sistema legal corrupto, votado dessa forma, sistema político, grande mídia, que tem um papel importantíssimo, a corrupção é uma engrenagem, porque esse modelo é corrupto em si e essa corrupção que sai nos jornais é ótima para eles. Se você sair na rua e perguntar para a população por que o Brasil não está dando certo, a resposta será: "É por causa do Mensalão, é por causa do Petrolão, é por causa da Lava Jato". Não é por causa do sistema da dívida, é por conta dessa corrupção que sai no jornal. E na cabeça de tudo isso, quem controla essas engrenagens é o sistema financeiro, comandado pelo FMI, Banco Mundial e os grandes bancos privados. É um comando internacional.

A classe política, incluindo o executivo, é apenas uma das engrenagens. Não são eles que mandam. É um instrumento muito bem arquitetado. Ainda sobre o TCU, no final de 2016, o senador Álvaro Dias fez um requerimento ao plenário do senado e o plenário do senado aprovou uma auditoria da dívida interna pelo TCU. Esse requerimento foi parar no

TCU. Em janeiro desse ano, fizemos uma reunião com a equipe técnica, porque ainda não tinha sido designado relator. Levamos um documento de 30 páginas com sugestões fundamentadas sobre a questão da dívida interna, explicando, nesse processo, que a gente vem investigando desde o nascimento com o plano real, com essa transformação de dívida externa ilegítima, com indícios de ilegalidade, juros abusivos e uma operação que está acontecendo ultimamente, que é a megapedalada fiscal.

Esta megapedalada fiscal acontece assim: todo ano, vamos supor que o estoque da dívida é essa mesa aqui, dentro desse estoque tem títulos indexados da Selic, títulos pré-fixados, títulos indexados à moeda estrangeira, é um conjunto de títulos; todo ano, cada um desses títulos vai dar um rendimento nominal diferente. Todo ano está sendo feita atualização paralela desse estoque, mas essa atualização não tem nenhuma legislação que fala que é para atualizar a dívida, porque ela já está embutida no rendimento do título. Eles atualizam, sai daqui e vem pra cá. Quando atualizam, eles emitem novos títulos e pagam essa atualização para os detentores dos títulos. Isso aqui não é atualização, é a maior parte dos juros que está sendo paga. Sobra um pedaço dos juros e só esse pedaço é que está sendo informado no SIAF, o sistema de contabilidade oficial como juros, toda essa parcela aqui está sendo contabilizada como se fosse rolagem ou amortização. Sabe aquele nosso gráfico de pizza que muita gente critica porque a gente soma juros com amortização, principalmente o pessoal da economia? Eles não sabem isso que eu estou falando, eles não sabem que a maior parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse amortização. Essa é a megapedalada e isso é inconstitucional.

O artigo 167 da Constituição proíbe pagamento de despesas correntes com novos títulos. Ele só permite emitir dívida para pagar despesas de capital, que são investimentos ou amortização da dívida. Não pode emitir títulos para pagar salários, gastos do que se consome durante o ano e juros, porque juros são despesas correntes. Com essa manobra de atualizar e pagar com novos títulos, estão contabilizando essa bolada da atualização como se fosse amortização. Um dos objetivos da PEC 55 foi uma tentativa de legalização disso. Está lá que tudo que sobra vai

para a dívida. Quanto à dívida interna, tem esse procedimento no TCU. Nós temos comprovado que essa dívida não tem contrapartida real, é uma dívida meramente financeira. Isso está comprovado, inclusive, nos números oficiais, que é uma dívida de juros sobre juros, que ela já nasce naquela transformação de outra dívida com juros de 50% e vários outros mecanismos, inclusive assunção de dívida de bancos no PROER federal e vários outros mecanismos, como o a operação compromissada e *swap* cambial, que produzem dívida sem contrapartida nenhuma. Vamos aguardar esse procedimento do TCU. Nós já fizemos outra reunião no gabinete do Aroldo Cedraz, que foi o ministro indicado, mas ele não participou, só a assessoria dele.

US: Essa ação do TCU pode comprometer a ação da ACD em relação à dívida? Pode esvaziar?

ML: Pode ser uma tentativa de esvaziar falar que fizeram uma auditoria no TCU e o resultado foi esse, está tudo certo, não tem mais o que fazer, mas nós vamos continuar falando se isso foi uma pizza ou não. Isso é uma coisa que várias pessoas estão falando. Se a gente torce por uma auditoria, quando ela vem, ainda que seja uma coisa parcial, a gente tem que ficar feliz, pelo menos agora está se falando nisso. Antes, quando a

“ O artigo 167 da Constituição proíbe pagamento de despesas correntes com novos títulos. Ele só permite emitir dívida para pagar despesas de capital, que são investimentos ou amortização da dívida. Não pode emitir títulos para pagar salários, gastos do que se consome durante o ano e juros, porque juros são despesas correntes.

gente falava em auditoria, eles falavam: “Você está querendo dar calote?” Olha a tentativa de desqualificar de cara. Eu digo: “Não. Você que falou em calote; eu estou falando em auditoria”. Eu vejo como um passo adiante, já estão falando em auditoria, agora vamos ver o que vem; o que vier, vamos analisar e continuar. Se por um lado podem tentar esvaziar, se eles vierem com uma coisa que não aponta para o que a gente já sabe, vai nos dar gás pra rebater, vai abrir espaço para a gente fazer o contraponto.

US: Então, quando se fala que a solução para a dívida pública é o calote, como dizem alguns setores da esquerda, a resposta é que a solução não é o calote, é a auditoria pública e cidadã; é isso?

ML: A gente não prega o calote. A questão é a seguinte: eles querem deixar todo esse histórico de ilegalidade em segredo porque é muito confortável continuar amarrando o Brasil, continuar pegando grande parte do orçamento, todo o patrimônio, dirigindo toda a economia e sacrificando a imensa maioria do nosso povo por conta dessa chamada dívida pública. Foram muito espertos pra escolher a dívida para ser o veículo de propaganda do governo na mídia.

Isso é um sistema financeiro capitalista mundial, porque, quando se fala em dívida, todo mundo respeita, é uma palavra muito clara para a sociedade, porque, na nossa vida pessoal, se eu falar que você me deve 100, você vai me perguntar que dia eu te dei esses 100; para nós, dívida pressupõe contrapartida. Quando você começa a investigar, lá em 1822 não teve contrapartida, lá na década de 1970 não teve contrapartida, uma boa parte era privada, quando transformou em dívida do Banco Central não teve contrapartida, quando trocou por Brady não teve contrapartida, quando transformou de Brady pra dívida interna não teve contrapartida, quando usa esses mecanismos financeiros de *swap* cambial, de operação compromissada, de PROER, nada disso teve contrapartida. Isso não é dívida.

US: Eles não emprestaram dinheiro para a gente, a gente que está emprestando a fundo perdido?

ML: Eles estão usurpando do instrumento de endividamento público. Isso que a gente chama de sistema da dívida é a utilização do endividamento público às avessas. Ao invés do endividamento público ser aquele sistema que aporta recursos, que viabiliza investimentos de longo prazo, a dívida passa a ser um ralo de recursos, que continuamente retira recursos para transferir para o sistema financeiro. Eu que criei a expressão “sistema da dívida” e ela está sendo usada no mundo inteiro pelos movimentos sociais para qualificar essa utilização às avessas do endividamento público. De cara, eles tentam desqualificar. Depois, impedir que a gente avance, inclusive tirando pessoas. Não sei quantas pessoas nós já formamos. As

pessoas começam a fazer palestra e aparece um cargo para aquela pessoa, um convite para algum lugar, do nada. Quem quer arrumar um bom emprego que venha para a auditoria, certamente vai arrumar. Ou, então, infiltrados: quando o grupo começa coeso, estudando, aparece um infiltrado e arrebenta tudo. Isso aconteceu em São Paulo e em vários lugares.

US: Mas a solução é política...

ML: A solução é política e a gente não desiste. Enquanto eu viver, não vou parar de falar nisso, porque esse é o maior problema do nosso país e isso está se multiplicando. Nós já temos centenas de colaboradores ao longo do Brasil, entidades das mais respeitadas do país estão nos dando algum tipo de apoio, o próprio ANDES. Só o espaço que vocês vão dar com essa entrevista... Olha a importância, quanta gente vai ler isso... A OAB nos dá um lugar para funcionar... Está avançando. Ontem, naquele evento de combate à desigualdade, várias entidades e vários parlamentares falaram da questão da dívida e da necessidade de auditoria. Acho que as sementes já foram plantadas, tá começando a brotar, porque ninguém falava em auditoria, ninguém suspeitava da dívida; agora já se suspeita, já se fala em auditoria, já tem procedimentos de auditoria em andamento.

É um caminhar muito mais lento do que a gente queria, porque agora, na conjuntura atual, que a PEC 55 já virou emenda 95, já está na Constituição, a justificativa é a dívida pública, na 93, que aumentou a DRU para 30% e criou a DREN para estados e municípios, a justificativa é pagar a dívida. O 257, que foi aprovado de forma capenga, Temer vetou, agora está o 343 e pouca gente está atinando para o 343, que arrebenta com os estados; a justificativa é pagar a dívida. A contrarreforma da previdência tem por trás reduzir o volume de recursos que vai para a previdência para aumentar o volume que vai para a dívida; e todo esse ataque à previdência é porque ainda é um setor que recebe um volume considerável de dinheiro.

US: E que fica para o trabalhador; não vai para os bancos.

ML: É, não vai. E o dinheiro na mão do trabalhador é aquilo que a gente já comentou: vai para educação, porque ele vai pagar uma escola, um curso extra para o filho, vai comprar um material escolar melhor, vai

poder ter uma saúde melhor, vai adquirir bens no mercado, vai movimentar a economia; está provado que isso movimenta a economia da grande maioria dos municípios.

US: Outro aspecto que julgamos importante é que a maioria dos municípios brasileiros são pequenos. Quando sai o pagamento dos benefícios na área rural, isso movimenta toda a economia do município. Aposentadoria rural é a primeira que está sendo atacada sob a acusação de que os trabalhadores não contribuem. Mas e a dívida dos estados?

ML: A dívida dos estados é uma novela. Para começar, não existe bibliografia. O único livro que existe no Brasil sobre a dívida dos estados é esse aqui que escrevemos. Então, como é que as pessoas vão saber? A dívida dos estados começa na década de 70 sob aquela sedução por empréstimos, passa por aquela alta dos juros, pela negociação da década de 80 (quando os estados assumem uma obrigação) e ali começa a transformação da dívida dos estados, que era externa para interna, no âmbito dos estados.

Naquele momento, para fazer essa transformação de dívida externa em dívida interna, a União assumiu a dívida externa dos estados naqueles acordos espúrios para o Banco Central ficar sendo o devedor e, para os estados fazerem essa transformação, eles emitiram dívida interna. Há, inclusive, um decreto, uma lei em que os estados foram incentivados a emitirem títulos da dívida interna por conta e risco do tesouro; tipo assim: emite, que eu garanto. A dívida dos estados teve uma alta enorme nesse período.

É interessante observar o seguinte: primeiro, quando essa dívida nasce, na década de 70, por meio de bancos privados internacionais, nasce de forma totalmente sem transparência. Nós analisamos todas as resoluções do senado federal que aprovaram dívidas dos estados para produzir esse livro. Nós descobrimos que a imensa maioria das resoluções, tem aqui os gráficos, não identifica quem era o agente credor. Você nem sabe quem está emprestando; na década de 70, empréstimos externos eram sem definição de agente credor. Depois, empréstimos para investimento em infraestrutura, outro tanto aqui é sem identificação, olha, na década de 80, sem identificação de agente credor, quase 45%, aqui é a destinação de recursos.

US: Se você não identifica o agente credor, como paga?

ML: Exatamente. Olha só como muda... Antes da união refinanciar, era emissão de títulos da dívida interna. Por meio dessa emissão de títulos da dívida interna, os estados substituíram a dívida externa por interna com o acordo da União, que pegou essa dívida externa que era dos estados, refinanciou naquele processo espúrio e os estados começaram a emitir títulos da dívida interna por eles mesmos. É perfeitamente visível nos gráficos que apresentamos no livro que a evolução da taxa de juros libor, que é definida pela associação de bancos de Londres, e a primeira caminham juntas. É a mesma variação: quando uma sobe, a outra sobe; quando uma cai, a outra cai.

Na década de 70, estas taxas chegam a mais de 20%. Aí, vem a crise e eles baixam depois, porque a dívida já foi transformada em outra coisa. E é transformada em outra coisa, já não estava sujeita a essas taxas, já eram outras taxas pactuais. A Lei 7614, de 87, autorizou a realização à conta e risco do tesouro, em caráter extraordinário de operações de crédito interno aos estados e municípios, junto ao Banco do Brasil e mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central. As operações teriam por finalidade suprir déficit relativo a despesas e emissão de novos títulos da dívida mobiliária. Primeiro, vem o Banco Central autorizando o Banco do Brasil a emprestar – é uma forma de eles assumirem a dívida externa – e, depois, autorizam a emitir títulos da dívida interna dos estados.

Vamos retomar: tem que destacar o “à conta e risco do tesouro”; houve um incentivo. Os estados emitiram dívida baseada na taxa de juros interna federal e, no início da década de 90, para controlar a inflação, essas taxas absurdas chegaram a 50%. Isso deu um nó na dívida dos estados. Quando a dívida já estava enorme por conta dessa política monetária federal, o impacto dessa política federal, o tesouro, também por exigência do FMI, nós encontramos a carta de intenções do FMI, que exigiu que a União refinanciasse a dívida dos estados.

Quando a União refinanciou, pegou essa dívida inflada – que é aquela dívida externa sem transparência, que cresceu por conta das taxas de juros –, autorizou essa troca e ela virou dívida interna.

Os estados emitem títulos, esses títulos crescem como uma bola de neve por conta da taxa de juros abusiva. Além da dívida estar inflada, nessa época, também por exigência do FMI, os estados tiveram que privatizar os seus bancos estaduais. Privatizou os bancos a preço de joia rara, passou para o Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, passou as agências com todos os clientes, com todos os créditos a receber, com todos os equipamentos que tinham sido todos renovados, tudo tinha sido modernizado, passou tudo. E o passivo desses bancos virou dívida dos estados. Em São Paulo, toda a dívida do Banespa virou dívida do estado de São Paulo.

US: Foi o caso do Piauí, quando o Banco do Brasil comprou uma parte do banco do estado...

ML: Olha o Piauí: era uma dívida inflada de 240 milhões. A essa dívida foram somados os empréstimos do PROES 69, mais 76, mais oito, a dívida refinanciada foi 394, aumentou 150 milhões.

US: E quem comprou foi o governo federal; deve ter sido um dos poucos estados.

ML: Pior aconteceu no Paraná: uma dívida que era de 462 milhões, o valor refinanciado virou 5 bilhões e 659 milhões, por causa do Banestado. Isso envolveu falcatura naquela transformação de títulos, das privatizações etc.

US: E no Rio de Janeiro?

ML: Rio e São Paulo não apareceram na planilha aqui, mas a gente descobriu depois em outra planilha do Banco Central. Esse comparativo é a tabela do tesouro e a tabela do Banco Central, algumas diferenças nós anotamos. No caso de São Paulo, na tabela do tesouro, ele não colocou nada do Banespa, mas para o Banespa foram 36 bilhões, de uma dívida de 46 milhões de reais, passou para 36 milhões de dólares.

US: Na época foi escandaloso, teve um monte de denúncia, envolveu o Covas, o Covas não queria, enfim... Acabou fazendo bem pior o Santander, que comprou o Banespa, e agora está ameaçado ir embora...

ML: Pois é, depois que já mamaram, eles vão embora. Na origem da dívida dos estados, a maioria dos credores não estão identificados e ainda tem suspeita de dívidas com paraísos fiscais, por exemplo. Alguns

dos identificados quem eram? Resolução 80 de 1975, o estado do Ceará pegou um empréstimo de quatro milhões e tanto de dólares com um banco em Nassau, Bahamas. Pará, 15 milhões de dólares nas Ilhas Cayman. Isso na década de 70, não tinha internet, não tinha comunicação, não tinha nada. Em 78, Goiás, 30 milhões de dólares com um banco em Singapura. O Ceará deve mais de 30 milhões de dólares para um banco nas Ilhas Cayman. O Rio, 20 milhões de dólares em 1977, Ilhas Cayman. Espírito Santo, 10 milhões de dólares com esse grupo Eurobras, no exterior também. Paraná, 60 milhões de dólares com o Banco do Brasil, através de agências internacionais; o Banco do Brasil fazendo empréstimo externo por meio de agências internacionais.

US: Isso vale para os municípios também?

ML: Vale, é a mesma coisa. É uma história que a gente deveria ter um grupo enorme de professores pesquisando para ir descendo na minúcia, porque é um grande volume de coisas.

US: Como a dívida pública é vista nos currículos das universidades?

ML: Não está pautada nos currículos. Em Economia, quando tem a matéria de dívida pública, eles a olham como moeda. Não se discute que dívida é essa, nunca. É a dívida como moeda, como um dos fatores econômicos. Resumindo, essa dívida passa pelos anos 70, 80, na década de 1990 ela incha por conta da política monetária, pega ela inflada e soma à dívida o passivo dos bancos, aí você tem um pacote totalmente ilegítimo, pega esse pacote, atualiza mensalmente pelo IGPDI, que é o maior índice de atualização do país, não mede inflação, mede expectativa de inflação, inclui variação do dólar etc, imagina corrigir isso mensalmente e além de corrigir mensalmente, aplicando juros que variaram de 6 a 9%.

Isso tem feito com que os estados paguem, paguem, paguem. E quanto mais pagam, mais devem. Eles já pagaram cerca de três vezes o valor refinanciado pela União e devem cerca de quatro vezes o valor refinanciado pela União. Ao longo desse período, essa dívida tem sacrificado os orçamentos, impedido os estados de investirem corretamente em educação, em saúde, na própria previdência dos estados, em rodovias e outros investimentos, e ultimamente está

justificando o PLP 257, que teve aquele problema na aprovação – não foi aprovado do jeito que os manos queriam. Veio agora o PLP 343, que impede os estados de darem reajuste dos servidores, contratem, atendam planos de saúde; autoriza apenas recurso para PDV (Plano de Demissão Voluntária), impede a estruturação do estado, deixa em aberto a cobrança de contribuição extraordinária para a previdência. Um lembrete: o pessoal estava comemorando porque caiu aquele dispositivo que passava para 14% a contribuição. Caiu, mas ficou que os estados podem cobrar o que for necessário, pode ser 20, pode 30, pode ser o quanto eles quiserem. Isso para incentivar as pessoas a pagarem a previdência privada.

US: Que é um outro embuste.

ML: Só idiota é que vai para a previdência privada, porque no mundo inteiro se sabe: já está provado que os trabalhadores pagam, pagam, pagam e, lá na frente, essas previdências privadas quebram, desaparecem. Tem um artigo que eu publiquei, a novela das dívidas dos estados. Nele vocês podem pegar mais detalhes.

US: Como você lida com esta diversidade de pensamentos políticos e ideológicos na ADP, porque sabemos que a auditoria envolve gente de tudo que é pensamento partidário, de direito, de esquerda, de centro, de tudo quanto é lado, e você está aí. E, para finalizar, o que você teria a dizer especificamente para os professores e para o ANDES?

ML: É o seguinte: essa questão da auditoria cidadã ser uma entidade aberta para todas as pessoas interessadas no processo de endividamento, tenham elas a ideologia que tenham, decorre, em primeiro lugar, de um respeito a todas as pessoas que estão pagando a conta. Então, se a pessoa é de esquerda, de direita, de centro, é miserável, é riquíssima, todo mundo está pagando a conta da dívida. Pagando sob vários aspectos: por meio da tributação, dos tributos que recolhemos, pela ausência ou deficiência, insuficiência dos serviços públicos a que temos direito e pagando também por viver em um país que deveria estar em outro patamar.

O Brasil, por toda a sua potencialidade, deveria hoje estar em um estágio de desenvolvimento socioeconômico muito superior ao que nós temos hoje.

Ainda que se diga que os ricos pagam menos porque eles têm benesses tributárias, sim, mas volta e meia um tem um filho assassinado por conta da violência, porque a maioria desses bandidos que estão aí hoje não são bandidos, são vítimas desse sistema totalmente injusto e nada disso precisaria estar acontecendo no Brasil.

O Brasil é o país da abundância. Era para termos escolas deslumbrantes, centros de saúde deslumbrantes, todo mundo ter emprego digno etc. O segundo aspecto: temos visto uma transformação de inúmeras pessoas que chegam com um pensamento totalmente ortodoxo e, à medida que vão tomando conhecimento dos fatos, sem discutir ideologia, que vão conhecendo o histórico da dívida – do papel que a dívida tem exercido na economia brasileira, com impactos que impedem o nosso desenvolvimento socioeconômico –, elas têm mudado o seu modo de pensar. Isso tem acontecido também com estagiários, que chegam aqui jovens, com aquele pensamento totalmente liberal que eles escutam nas universidades de

“ O Brasil é o país da abundância. Era para termos escolas deslumbrantes, centros de saúde deslumbrantes, todo mundo ter emprego digno etc. O segundo aspecto: temos visto uma transformação de inúmeras pessoas que chegam com um pensamento totalmente ortodoxo e, à medida que vão tomando conhecimento dos fatos, sem discutir ideologia, que vão conhecendo o histórico da dívida – do papel que a dívida tem exercido na economia brasileira, com impactos que impedem o nosso desenvolvimento socioeconômico –, elas têm mudado o seu modo de pensar.

Economia e depois saem e deixam cada depoimento de transformação de vida, e até de escolhas... Eles estavam para fazer uma determinada escolha, até de emprego, de trabalho, de curso de pós-graduação, e fazem outra, porque houve um conhecimento.

A auditoria cidadã se coloca como uma entidade suprapartidária, porque nós lidamos com a dívida e a dívida é suprapartidária. O interesse que manda na

dívida é o interesse do mercado financeiro e esse interesse não escolhe partidos. Veja, nós tivemos os governos Lula e Dilma e, em relação à dívida, eles não fizeram absolutamente nada diferente, porque é um poder que está acima deles, é intocável. Para lidarmos com essa questão da dívida, a gente tem que ir ao patamar em que esse esquema está. E ele é um esquema suprapartidário, supranacional; é um esquema mundial, não tem fronteira, é supraterritorial.

UE: Você não corre risco de vida?

ML: Muita gente fala que eu corro, porque eu falo e mostro e denuncio e ponho a minha cara. Mas eu não tenho medo. Eu teria medo de me omitir, de não aproveitar as oportunidades que essa vida me deu, como auditora, de desenvolver essa perspicácia, que me permite, às vezes, atinar para questões, como quando eu leio um contrato e o relaciono com outra coisa; a vida me treinou pra isso. Eu teria muito medo sim de me omitir, porque eu recebi muito da sociedade. Eu estudei em grupo escolar público, em universidade pública, tive um emprego público, então, eu me sinto na obrigação de atuar como cidadã, de devolver pra sociedade tudo que eu tenho recebido. E não me conformo com as injustiças sociais, isso é uma coi-

sa da minha personalidade mesmo, é uma coisa que sempre me incomodou. Quando criança, minha mãe tinha uma malharia em casa, ela tecia e tinha uma ajudante que tinha uma filha da minha idade. No fim de semana, às vezes, eu ia pra casa dela. Nessa época, na década de 60, não existia favela em Belo Horizonte; veja isso: não existia favela. Existia, sim, periferia, bairros mais pobres, mas eram casas de tijolo, tinham quintal com galinheiro, tinham banheiro direitinho, não era esse desrespeito que tem hoje, as pessoas moram praticamente em tendas, lonas, caixotes de papelão. Eram casas. Eu ia para a casa dela e era tudo

muito simples, eu voltava questionando a minha mãe: “Por que aqui em casa tem esse sofá todo bonitão e lá é um banco de madeira? Por que aqui tem esse prato de louça todo desenhado, bonito, e lá é um prato de lata, de alumínio?” Eu já questionava a diferença. Isso sempre me incomodou, sempre fiz parte de algum movimento social. Eu fui voluntária de menino de rua, de visitar gente em hospital, de um monte de coisas, até que, também, a vida me levou para o sindicato de auditores, em 1999, e, ao chegar no sindicato de auditores, nós estávamos com os nossos salários congelados toda a década de 90, lembra? O Fernando Henrique dava um real de reajuste.

Quando eu fui para ao sindicato, ainda em Minas Gerais, eu pensei: “Por que a gente está com os salários congelados? O papel do sindicato é conseguir reajuste. Alguém já estudou orçamento?” Não, ninguém tinha estudado orçamento. “Vamos pegar o orçamento”. E quando a gente pegou o orçamento federal, já era esse retrato, já era quase a metade do orçamento para a dívida. Então, a gente já começou a falar da dívida em 1999. Em 2000, veio o chamado de várias organizações, tipo OAB, CNBB, vários sindicatos chamando para aquele plebiscito da dívida que aconteceu no ano 2000. Eram três perguntas, uma das perguntas era “Você concorda em continuar pagando a dívida sem realizar a auditoria prevista na constituição?” Nosso sindicato se envolveu, o ANDES também, vários sindicatos se envolveram, eu acabei coordenando o plebiscito em Minas Gerais, porque eu estava à frente do nosso sindicato. Nosso sindicato já vinha discutindo esse tema da dívida, já tinha visto a relação íntima da dívida com os nossos direitos como servidores públicos. Produzi uma cartilha para ajudar no plebiscito. Tinha folheto e tinha livro e eu falei que fazia falta uma coisa intermediária, então, produzi uma cartilha e essa cartilha se espalhou pela Brasil inteiro e, quando acabou o plebiscito, foram colhidos mais de seis milhões de votos.

Entregamos – teve um ato aqui em Brasília – no executivo, legislativo e judiciário. Decorridos alguns meses, não aconteceu absolutamente nada, nenhuma palavra. Isso foi durante o governo Fernando Henrique. Convocaram uma reunião aqui para fevereiro de 2000 e, nessa reunião, nós decidimos: “O que a gente vai fazer? Nós também não vamos fazer nada?” “Uma

“Muita gente fala que eu corro risco de vida, porque eu falo e mostro e denuncio e ponho a minha cara. Mas eu não tenho medo. Eu teria medo de me omitir, de não aproveitar as oportunidades que essa vida me deu, como auditora, de desenvolver essa perspicácia, que me permite, às vezes, atinar para questões, como quando eu leio um contrato e o relaciono com outra coisa; a vida me treinou pra isso.

sa da minha personalidade mesmo, é uma coisa que sempre me incomodou. Quando criança, minha mãe tinha uma malharia em casa, ela tecia e tinha uma ajudante que tinha uma filha da minha idade. No fim de semana, às vezes, eu ia pra casa dela. Nessa época, na década de 60, não existia favela em Belo Horizonte; veja isso: não existia favela. Existia, sim, periferia, bairros mais pobres, mas eram casas de tijolo, tinham quintal com galinheiro, tinham banheiro direitinho, não era esse desrespeito que tem hoje, as pessoas moram praticamente em tendas, lonas, caixotes de papelão. Eram casas. Eu ia para a casa dela e era tudo

auditoria social. Não, auditoria social fica parecendo que é auditoria do social. Uma auditoria cidadã da “vida”. Todo mundo adorou a ideia. “Mas quem vai?” Havia vários professores, várias pessoas famosas. Aí, alguém virou: “Ô, Maria Lúcia, você é auditora, nós estamos falando em auditoria, pega isso aqui”. Pronto, peguei. E começou. Como voluntária, depois que eu me aposentei – me aposentei para isso –, cheguei a ter oferta de trabalho, para trabalhar com consultoria tributária, para ganhar o que eu quisesse, mas não aceitei. Falei claramente: “Meu trabalho não está à venda, doo para o que eu acho que é importante e é isso aqui que é importante”. Não tenho medo. Até porque, por questões espirituais, eu acredito na continuidade. Se esse tempo com esse corpo acabar, eu sei que a vida vai continuar de outra forma e o importante é cumprir a nossa missão. Eu costumo até brincar que, se me matarem, aí que eu vou influenciar mesmo, vou ser um fantasma ambulante. Aí é que eu vou, na hora que eu vir que eles estão fazendo as coisas lá, eu vou desligar tudo; aí, eu vou me libertar do corpo.

US: Maria Lúcia, algumas palavras para os professores e para o ANDES?

ML: Primeiro eu tenho que agradecer pelo respeito que os mestres da academia brasileira têm dedicado à auditoria cidadã, porque o caminhar de toda essa produção aqui é um caminhar bem popular, bem focado na prática, na análise documental, na análise de estatística, não preocupado com as regras formais da academia e, mesmo assim, os grandes mestres acadêmicos têm olhado e respeitado o nosso trabalho. Então, primeiro eu tenho que fazer um agradecimento. Em segundo, eu tenho que fazer um pedido, porque pra gente mudar esse país, só através da educação, não tem outra saída. A única saída para mudar é através da educação, através da formação, do conhecimento, do empoderamento da sociedade. A sociedade brasileira está muito humilhada diante das injustiças sociais, diante de todas essas denúncias de corrupção que não têm nada a ver com a imensa maioria da nossa população, que é digna e justa. Nós poderíamos estar em outro patamar.

Para atingirmos esse outro patamar, vamos necessitar dos nossos mestres, que são os formadores



de opinião, e muito pode ser feito por vocês. Vocês podem estimular trabalhos acadêmicos, podem estimular a formação de grupos de estudos, estágios. Nós podemos ter estagiários focados na pesquisa da questão da auditoria cidadã. O que já levantamos de coisa dá para fazer milhares de pesquisas, porque nós não conseguimos tudo, falta muito. Se houver esse engajamento efetivo para os estudos... Porque o ANDES já tem nos dado, inclusive, apoio financeiro, o que nos permite ajudar a contratar um auxiliar, a pagar um/a jornalista etc. Agora, o mais importante nesse momento seria esse apoio no sentido prático, de avançar nessas investigações, até para a gente não ter poucas pessoas falando nisso; ao contrário: para a gente ter milhares de pessoas no Brasil afora falando desse tema, dominando esse tema. Se tem um país no mundo entre os países europeus e latino-americanos onde se vê o mesmo esquema que é capaz de virar esse jogo, é o Brasil, e a saída vai ser de baixo para cima. Mas para ela acontecer de baixo para cima, as pessoas têm que adquirir conhecimento, pra gente conseguir uma grande mobilização social consciente; e isso só se dá através da formação, da educação. E vocês são os principais atores para que isso aconteça.

US: Maria Lúcia, muitíssimo obrigada.

ML: Eu é que agradeço.